

CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS



**REDE DE MÃES E FAMILIARES DA  
BAIXADA FLUMINENSE: RESISTÊNCIA,  
LUTA, DIREITO A MEMÓRIA E A JUSTIÇA**

---

**RIO DE JANEIRO**

## EXPEdIENTE:

**Texto escrito por:** Lorene Maia, Fransergio Goulart e Adriano de Araújo.

**Fotos de acervos:** Assessoria de Comunicação do Fórum Grita Baixada, Projeto de Direito a Memória e Justiça Racial e Casa Fluminense.

**Projeto gráfico original:** Periferia

**Diagramação e revisão de textos:** Coletivo Arte em Movimento

**Contato da experiência:**

**Rede de Mães e Familiares da Baixada:** (21) 97395-9949  
E-mail: maesdabaixada@gmail.com

**Fórum Grita Baixada:** (21) 2767-0472 (Ramal 207)  
E-mail: fgbaixada@gmail.com  
Site: forumgritabaixada.org.br

**Contato da série:**



**Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais**

Endereço: SC/Sul, Quadra 03, Bloco A, nº 79 – Edifício

João Paulo II, Brasília (DF), 70303-903

Telefone: (+55) 61 3322-0155

Site: caisassessoria.org.br

**Apoio:**



**Parceria:**



**Disponível em:**

[www.altofalante.info](http://www.altofalante.info)

[www.altoparlante.org](http://www.altoparlante.org)

[www.caisassessoria.org.br](http://www.caisassessoria.org.br)

[www.forumgritabaixada.org.br](http://www.forumgritabaixada.org.br)

# A CIDADE QUE QUEREMOS

A extrema desigualdade econômica e social do Brasil no meio urbano está expressa na forma desigual da ocupação do solo urbano, no acesso aos benefícios produzidos na cidade, na segregação socioterritorial, no caos urbano a que está submetida grande parcela da população que sofre os efeitos diretos da degradação ambiental e em inúmeras situações da violação da dignidade humana.

Para enfrentar os graves problemas urbanos, nas últimas décadas as entidades que atuam no campo do direito à cidade no Brasil têm cumprido um papel importante de mobilização popular, participação social, proposições de legislações, enfrentamento jurídico para efetivação dos direitos e na democratização da cidade e das políticas urbanas, com experiências concretas para que as populações em situação de vulnerabilidade social tenham melhores condições de vida e as cidades sejam mais justas e sustentáveis.

No entanto, essas relevantes experiências nem sempre são registradas e disseminadas. Consequentemente, não são reconhecidas na sociedade em geral, nem mesmo entre os parceiros que atuam nas mesmas problemáticas.

Esta série de registros “Caminhando para a cidade que queremos” nasceu dos encontros sobre os desafios urbanos entre os parceiros da Misereor que atuam no campo do desenvolvimento urbano e direito à cidade. Seu objetivo é contribuir na comunicação de práticas urbanas, na troca de aprendizagens e na reflexão sobre ações futuras.

Cada publicação finaliza com alguns “passos sobre a cidade que queremos”, que são questões centrais extraídas da atuação em cada caso concreto traduzidas em resultados ou desafios.



REDE DE MÃES E FAMILIARES  
DA BAIXADA FLUMINENSE:  
RESISTÊNCIA, LUTA, DIREITO  
A MEMÓRIA E A JUSTIÇA

---

RIO DE JANEIRO

Em um cenário em que não são frequentes as notícias sobre a Baixada Fluminense, senão aquelas em que o território é apresentado como marginalizado e inóspito por si, há de se destacar, ainda que inicialmente, que a cidade que queremos é aquela que não seja invisibilizada. Composta de 13 municípios (Itaguaí, Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Guapimirim e Magé), com uma população de aproximadamente 3,7 milhões de habitantes, a região da Baixada Fluminense é a mais negra do estado (mais de 60% da população é preta ou parda, segundo dados do Censo de 2010) e, não por acaso, é também a região mais pobre e violentada pelo estado.



Marcada pelas várias chacinas que iniciaram na região ainda com os esquadrões da morte, no período da ditadura militar (1964-1985), e que se desdobraram entre os inúmeros assassinatos ao longo dos anos 80 e 90, organizados pelos grupos de extermínio, a Baixada Fluminense permanece, ainda hoje, como uma região dominada por grupos civis-militares. Mais recentemente, nos anos 2000, se viu também tomada pela expansão do tráfico de drogas, espreado principalmente em virtude da política pública de segurança estadual para atender aos megaeventos, as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, nas favelas da capital. Esse fenômeno acirrou a disputa por outros territórios, tais como os municípios da Baixada, uma vez que a polícia ocupou favelas consideradas estratégicas para o tráfico, tais como as da zona sul e norte da cidade do Rio de Janeiro.



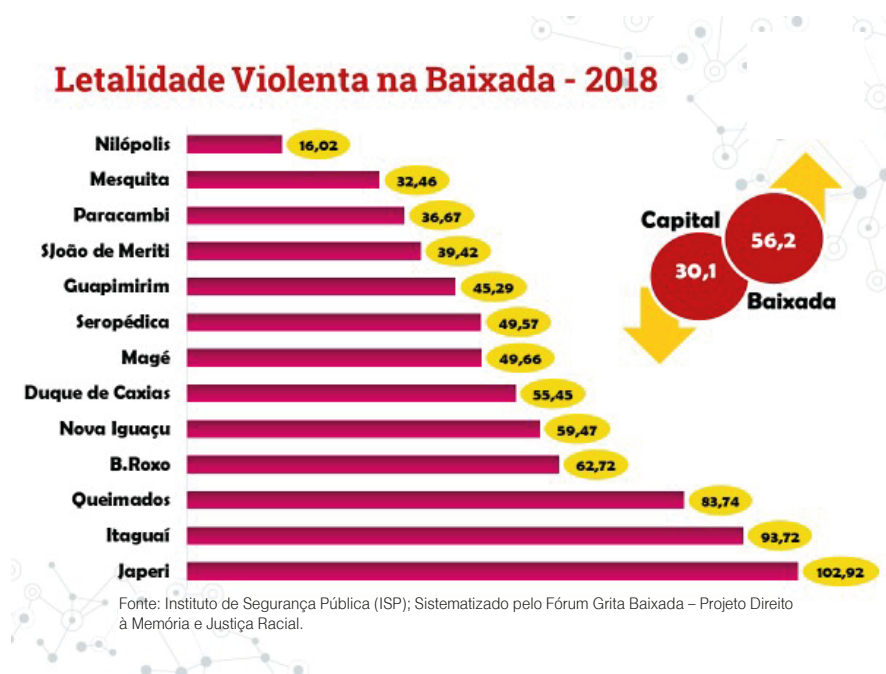


DE 2005 A 2018, OCORRERAM DIVERSAS OUTRAS CHACINAS NA BAIxada FLUMINENSE, MUITAS NEM AO MENOS REGISTRADAS, A MAIORIA DELAS COM O ENVOLVIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS, COM A CONIVÊNCIA DO ESTADO E INVISIBILIZADAS PELA MÍDIA E POR GRANDE PARTE DA PRÓPRIA SOCIEDADE, QUE ACEITA ESSAS MORTES AO COMPRAR A MÁXIMA DO DISCURSO “BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”.



Nesse contexto, somente em 2018 foram registrados 2.142 casos de letalidade violenta na região da Baixada, 71% dessas mortes decorrentes de homicídios, 25% de homicídios decorrentes de intervenção policial, 2,8% de latrocínio e 0,4% de lesão corporal seguida de morte. Esses números representam uma taxa de letalidade violenta de 56 mortes a cada 100 mil habitantes, quase o dobro da taxa registrada na capital do Rio de Janeiro. O perfil dessas vítimas demonstra quem são os extermináveis nesta sociedade: jovens (até 24 anos), pretos e pardos, com baixa escolaridade e do sexo masculino.

Não obstante, oito das dez cidades consideradas mais violentas do estado estão localizadas na Baixada Fluminense. Japeri (102,92 mortes a cada 100 mil habitantes), Itaguaí (93,72) e Queimados (83,74) são as cidades da região com os piores índices de letalidade violenta, de acordo com dados de 2018 do Instituto de Segurança Pública (ISP). Vale lembrar que Queimados já foi considerada a cidade mais violenta do Brasil, de acordo com dados de 2017 do ISP.



Toda essa violência letal assume uma conotação profundamente racista, higienista e social. Não é por acaso que moradores das favelas e das periferias do estado, tais como a Baixada, precisem lidar com a ausência de infraestrutura adequada, carência de serviços e equipamentos públicos e, mais recentemente, nos últimos 50 anos, com o tráfico armado, assédio violento da polícia e das milícias e, ainda, com as diversas formas de desigualdade.

A vulnerabilidade social é comumente naturalizada e perpetuada como característica inerente a esse território, prática imprescindível para a difusão do medo e para a construção de um inimigo potencial que deve ser combatido: negros e pobres moradores das regiões periféricas.





A REDE DE MÃES E FAMILIARES  
DA BAIXADA FLUMINENSE

MULHERES UNIDAS PELA DOR, RESISTÊNCIA E LUTA

É a partir desse contexto de incidência de um estado racista, higienista e genocida que se forma a Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense. Quando em 2005 policiais assassinaram 29 pessoas e feriram outras duas, entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, no episódio que ficou conhecido como a maior chacina do estado, a Chacina da Baixada, um grupo de mães e familiares dessas vítimas resolveu consolidar uma rede de luta e resistência. Isso não apenas para reclamar a morte de seus familiares e em tese cobrar a responsabilização dos agentes e do próprio estado, mas também para acolher outras mães e familiares que viessem a passar pela mesma situação de perda.

Em uma sociedade patriarcal e machista, são as mães dos jovens negros e/ou pobres que protagonizam essa luta de reação e prevenção à violência do estado, pautadas nas necessidades de garantia da memória, justiça e de reparação. Essa resistência tem como princípio o apoio mútuo entre elas, que passam da posição de vítimas ocultas para a posição de protagonistas na resistência e na luta constante por manter viva a memória de seus filhos e/ou parentes. Mulheres, em sua maioria negras, que simultaneamente lutam contra a violência do estado, reafirmam o lugar das mulheres negras enquanto sujeitos sociais na luta contra o patriarcado e o racismo.





“EU ERA UMA BOBA. MEU FILHO, LÁ DO CÉU, ME FEZ TOMAR CORAGEM E, AO LUTAR POR ELE, ACABAR O RELACIONAMENTO COM O ESCROTO DO MEU MARIDO. QUANDO EU IA PARA OS ATOS NO INÍCIO, EU CHAMAVA O PAI E ELE ME DIZIA: JÁ VAI A LOUCA.” (MÃE DA REDE DE MÃES DA BAIXADA)

Essas mães e familiares, ao lutar pelos direitos dos seus, protagonizam uma defesa e promoção incessante pelos direitos humanos e pela garantia da verdade, memória e justiça, utilizando a maternidade e o amor como mola propulsora para o diálogo, para a luta e para proteção frente ao estado violador. Há de se destacar, ainda, as articulações por encaminhamentos jurídicos via rede de apoio que se consolidaram com o reconhecimento à resistência dessas mulheres. Nos encaminhamentos jurídicos, a rede engloba advogados militantes, núcleo de direitos humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, coletivos e organizações de assessorias jurídicas, entre outras tantas representações que buscam fortalecer o movimento e legitimar essa luta.

No que tange a memória, essas mulheres buscam, com seus corpos e suas bandeiras e camisas estampadas com os rostos de seus filhos e familiares, fazer valer o direito de ocupar os espaços públicos, em um embate constante com esse Estado que tem por estratégia o apagamento da memória desses jovens e a invisibilização dos familiares. Vale salientar que a luta dessas mulheres vem avançando e promovendo pequenas, mas importantes, conquistas, tais como os memoriais físicos construídos em praças, grafites que retratam as imagens dos jovens assassinados e a caminhada anual em memória das 29 vítimas da Chacina da Baixada, realizada há 14 anos entre Nova Iguaçu e Queimados (um grande exemplo de luta pela perpetuação da memória).

**“TENHO UM EXÉRCITO DE FILHOS AO MEU LADO  
PARA LUTAR CONTRA ESTE ESTADO RACISTA E  
GENOCIDA.” (MÃE DA REDE)**



NOSSOS MORTOS TÊM VOZ

UMA HISTÓRIA DE LUTO E LUTA

DE MÃES E FAMILIARES

DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO

Foi a partir do episódio da Chacina da Baixada e da luta de mães e familiares no contexto de extermínio de jovens pobres e negros que o documentário “Nossos Mortos Têm Voz” começou a ser idealizado. Uma narrativa intensa de abordagem, não da morte pura e simplesmente, mas das histórias atravessadas por essas perdas.

Lançado 13 anos após a maior chacina que se tem registro no estado, o curta-documentário tem realização da Quiprocó Filmes e apresentação do Fórum Grita Baixada e do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, financiado com recursos de Misereor e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, apoiado pela Rede de Mães e Familiares das Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, pela Fundação Heinrich Böll e por outras instituições parceiras.





...os Mortos

Nossa Juventude  
Negra Tem Voz

Vítimas do mês de março

- Fábio Mendes Pontes, 16 anos, Itaguaí No dia 30/03/2004,
- Alma Espíquel, 11 anos, Morro dos Macacos (Vila Isabel) No dia 05/03/2007
- Jackson Tímico de Lemos, Jacarecinho No dia 25/03/2008
- Aloniso da Costa - Mineira no dia 17/03/2009
- João Carlos Barbosa, de 22 anos Morro da Providência. No dia 26/03/2009



# APRENDIZADOS E DESAFIOS



Não podemos mais pensar em segurança pública sem pensar o espaço urbano como um elemento importante na vida do cidadão, entendendo como as questões urbanas impactam não apenas no cotidiano, mas em todos os âmbitos de garantias de direitos e da vida.

O planejamento da segurança pública precisa ser realizado de forma integrada entre as três unidades da federação para que políticas públicas de prevenção sejam eficazmente implementadas e para que a prática da repressão não seja adotada como principal forma de enfrentamento da questão da violência.

Não basta a abordagem tradicional de policiamento e a investigação de crimes sem que se garanta um olhar mais aprofundado sobre o território.

O enfrentamento da violência deve passar por uma ampla reformulação do estado, do fazer política e do entendimento da população e das instituições populares de que é preciso modificar as estruturas racistas, genocidas, machistas e higienistas desse estado para que, de fato, possa se discutir segurança pública com cidadania e direitos humanos.

É fundamental ocupar os espaços e utilizar os instrumentos previstos na Legislação, tais como o Estatuto da Cidade, para garantir a participação popular na formulação e monitoramento das políticas. Como também é imprescindível entender que é por meio da mobilização popular, em várias frentes, que conseguiremos mover as estruturas e reduzir, de fato, a violência do estado, garantindo com maior plenitude os direitos dos nossos cidadãos.

Rua  
Nossos Mortos Têm Voz

(31.03.2005) Homenagem às 29 pessoas assassinadas na  
chacina da Baixada Fluminense e às Mães e Familiares  
Vítimas da Violência de Estado.

26293-396 Baixada

# PASSOS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

## **Garantia do direito à vida**

O artigo 5º da Constituição de 1988 dispõe dos direitos individuais na seguinte sequência: direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. O direito a vida é o mais importante e, por isso, deve ser o primeiro a ser garantido. Portanto, passa pelo entendimento de que o Estado e seus agentes não têm o poder de estabelecer pena de morte a qualquer que seja a pessoa e a circunstância de crime que tenha cometido ou conduta que tenha adotado.

## **Direito a Memória e Justiça**

Ao falarmos sobre Direito a Memória e Justiça, nossa defesa é de que a psicologia possa dar suporte à área jurídica. A experiência do Fórum Grita Baixada, junto à Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado da Baixada Fluminense e a outros movimentos de luta e resistência, tem mostrado que a assistência psicológica é fator fundamental para o enfrentamento da dor. Esse direito é um dos enfoques básicos da justiça de transição, pois os direitos a verdade, memória e justiça deveriam sempre ser seguidos e buscados, pois são os mais eficientes na prática de construir a identidade e a memória coletiva como possibilidade de superação. Portanto, faz-se fundamental garantir o apoio e a reparação psíquica e social realizada por redes de apoios que trabalham com a psicologia da clínica política e outras metodologias. Destacamos a rede composta de psicólogas militantes do projeto NAPAVE – Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência do estado como passo importante nessa luta.

A CIDADE QUE QUEREREMOS, PORTANTO,  
É AQUELA VISIBILIZADA POR SUA LUTA,  
RESISTÊNCIA, PELAS BANDEIRAS E  
DIREITOS SOCIAIS DEFENDIDOS, PELA  
AFIRMAÇÃO DA MEMÓRIA E TAMBÉM  
PELO FORTALECIMENTO DAS  
ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES  
POPULARES. AINDA FALTA MUITO PARA  
CONQUISTÁ-LA, MAS CAMINHAREMOS  
JUNTAS E JUNTOS E INCESSANTEMENTE  
PARA POUCO A POUCO RESSIGNIFICÁ-LA.

## CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

A maioria de nós acredita que a família é o dom mais precioso de nossa vida. As imagens de mães abraçando demoradamente seus filhos, mesmo crescidos, beijando-os e desejando um mundo melhor para eles é algo que é facilmente compreendido por todos. Daí ser tão doloroso imaginar, do mesmo modo, a mãe que chora desesperadamente por seu filho morto, retirado brutalmente de seu convívio por forças de (in)segurança, forças que manifestam ação ou a omissão do Estado brasileiro.

Os lutos e as lutas dessas mães e familiares são, por si sós, e só por isso, desafiantes à nossa lógica e aos nossos frágeis conceitos de democracia, luta e justiça. Essas pessoas ocupam a cidade e lutam por uma cidade viva, uma cidade livre e sem medos, onde meninos e meninas, particularmente pobres e negros, de nossas periferias, de nossas baixadas e quebradas, não tenham sua vida interrompida.

A vocês, mães e familiares, obrigado pela convivência, obrigado pelos aprendizados e obrigado por podermos ter a oportunidade de, com esta publicação, homenagear a luta de vocês em memória e justiça por seus filhos, irmãos, sobrinhos e netos.

